

---

***Cia Itaú de Capitalização***  
***Demonstrações financeiras em***  
***30 de junho de 2018***  
***e relatório do auditor independente***





## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Acionistas  
Cia Itaú de Capitalização

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Cia Itaú de Capitalização ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cia Itaú de Capitalização em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às

Cia Itaú de Capitalização

entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



Cia Itaú de Capitalização

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de agosto de 2018

A handwritten signature in blue ink, appearing to be "Paulo", written over the printed name of Paulo Roberto de Almeida.

Paulo Roberto de Almeida  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-8

A handwritten signature in blue ink, appearing to be "Carlos Eduardo Sá da Matta", written over the printed name of Carlos Eduardo Sá da Matta.

Carlos Eduardo Sá da Matta  
Contador CRC 1SP216397/O-5

## CIA. ITAÚ DE CAPITALIZAÇÃO

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – PRIMEIRO SEMESTRE – 2018

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Cia. Itaú de Capitalização (CIACAP) relativos ao período de janeiro a junho de 2018, os quais seguem as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

#### 1. Mercado Brasileiro

##### 1.1 Mercado de Seguridade (Seguros, Previdência e Capitalização).

No período de janeiro a junho de 2018, o faturamento do conjunto dos mercados supervisionados pela SUSEP apresentou crescimento de 0,7% em relação ao mesmo período do ano anterior, com cerca de R\$ 117,2 bilhões em vendas de seguros (prêmios emitidos), previdência (contribuição) e capitalização (arrecadação), destacando-se os segmentos de seguros.

No acumulado de janeiro a junho de 2018, a participação do mercado brasileiro de seguros, previdência e capitalização no PIB(\*) foi de 3,5%, queda de 0,12 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em junho de 2018, o total das provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização ultrapassou R\$ 941,5 bilhões, apresentando aumento de 12,0% em relação ao mesmo período do ano anterior.

*(\*) O percentual de participação no PIB, para cada um dos mercados supervisionados, é definido como a relação entre o volume de receitas do respectivo mercado e o Produto Interno Bruto (PIB) do País.*

##### 1.2 Mercado de Capitalização

No período de janeiro a junho de 2018, a arrecadação com títulos de capitalização apresentaram aumento de 6,1% em relação ao mesmo período de 2017. As provisões técnicas de capitalização atingiram R\$ 29,2 bilhões, aumento de 2,9% em relação a junho de 2017.

#### 2. Desempenho

##### 2.1 Resultados

- O **lucro líquido** alcançou R\$ 128,3 milhões, redução de 34,3% em relação ao mesmo período de 2017, influenciado principalmente por:
  - Menor resultado financeiro, devido a menor remuneração dos ativos (Redução da taxa de Certificado de Depósito Interbancário (CDI) de 11,83% ao ano, média do primeiro semestre de 2017 para 6,57% ao ano, média do primeiro semestre de 2018)
  - Menor Arrecadação (valor efetivamente pago pelo cliente), principalmente em títulos de pagamento mensal
  - Essas quedas foram parcialmente compensadas pela redução das despesas administrativas.

##### 2.2 Patrimonial

###### Variações de 30 de junho de 2018 em relação a 31 de dezembro de 2017:

- Impactados pelo pagamento/provisionamento de dividendos:
  - O total de **ativos** atingiu R\$ 5,1 bilhões, redução de 5,9 %.
  - O **patrimônio líquido** totalizou R\$ 1,2 bilhão, redução de 3,9 %.
  - As **provisões técnicas** de capitalização alcançaram R\$ 3,4 bilhões, acréscimo de 1,0%.

#### 3. Negócios

O PIC (nosso título de capitalização) é um produto desenvolvido para clientes que gostam de concorrer a prêmios, podendo ser adquirido por meio de pagamento único ou mensal, de acordo com o perfil e segmento de cada cliente.

No período de janeiro a junho de 2018, distribuimos o montante de R\$ 24,1 milhões em prêmios. O valor das vendas a clientes das Agências Digitais representou 9,9% das vendas totais a correntistas de janeiro a junho de 2018, aumento de 1,2 ponto percentual em relação ao mesmo período do ano anterior.

#### **4. Distribuição de dividendos**

Os acionistas têm direito ao dividendo obrigatório correspondente a 1% do lucro líquido apurado em cada exercício, conforme disposto no Estatuto Social.

#### **Agradecimentos**

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos clientes pela confiança que nos é atribuída.

São Paulo, 27 de agosto de 2018.

A Administração

# **CIA. ITAÚ DE CAPITALIZAÇÃO**

## **DIRETORIA**

### **Diretor Presidente**

LUIZ EDUARDO LOUREIRO VELOSO

### **Diretores**

ADRIANO CABRAL VOLPINI

BADI MAANI SHAIKHZADEH

CARLOS HENRIQUE DONEGÁ AIDAR

EDUARDO HIROYUKI MIYAKI

LUIZ FERNANDO BUTORI REIS SANTOS

### **Atuária**

MARINA HELENA GUERRA DA COSTA

MIBA 1385

### **Contador**

RODRIGO ANDRADE DE MORAIS

CRC - 1SP - 220.814/O-6

---

**Sede:** Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 - Torre Alfredo Egydio, 9° andar - Parque Jabaquara - São Paulo - SP

## CIA. ITAÚ DE CAPITALIZAÇÃO

## Balço Patrimonial

(Em Milhares de Reais)

<b>ATIVO</b>	<b>NOTAS</b>	<b>30/06/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>CIRCULANTE</b>		<b>4.204.130</b>	<b>4.526.040</b>
DISPONÍVEL - Caixa e Bancos	2.5a	1.412	6.287
<b>APLICAÇÕES</b>	<b>2.5b e 3</b>	<b>4.200.832</b>	<b>4.516.069</b>
<b>CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO</b>		-	1
<b>TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER</b>		<b>1.521</b>	<b>3.617</b>
Títulos e Créditos a Receber		426	473
Créditos Tributários e Previdenciários	2.5e, 7bl e 7c	1.095	3.144
<b>DESPESAS ANTECIPADAS</b>		<b>365</b>	<b>66</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>881.691</b>	<b>879.514</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>39.942</b>	<b>37.228</b>
<b>TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER</b>		<b>39.942</b>	<b>37.228</b>
Créditos Tributários e Previdenciários	2.5e, 7bl e 7c	13.656	11.781
Depósitos Judiciais e Fiscais	5	26.276	25.430
Outros Créditos Operacionais		10	18
<b>INVESTIMENTOS - Imóveis Destinados à Renda</b>	<b>2.5c</b>	<b>27.218</b>	<b>27.754</b>
<b>INTANGÍVEL - Ágio na Transfêrencia de Carteira</b>	<b>2.5d</b>	<b>814.531</b>	<b>814.531</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>5.085.821</b>	<b>5.405.554</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>NOTAS</b>		
<b>CIRCULANTE</b>		<b>3.484.929</b>	<b>3.755.856</b>
<b>CONTAS A PAGAR</b>		<b>115.083</b>	<b>420.713</b>
Obrigações a Pagar		19.400	199.027
Impostos e Encargos Sociais a Recolher		487	416
Impostos e Contribuições	2.5e	95.196	221.270
<b>PROVISÕES TÉCNICAS - Capitalização</b>	<b>2.5f e 4b</b>	<b>3.369.846</b>	<b>3.335.143</b>
Provisões para Resgates		3.343.582	3.303.318
Provisões para Sorteios		16.665	20.204
Provisão Administrativa		9.397	11.368
Provisão para Distribuição de Bônus		202	253
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>375.167</b>	<b>374.802</b>
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>375.167</b>	<b>374.802</b>
<b>CONTAS A PAGAR</b>		<b>333.253</b>	<b>333.143</b>
Tributos Diferidos	2.5e e 7bl	333.085	332.868
Outras Contas a Pagar		168	275
<b>OUTROS DÉBITOS - Provisões Judiciais</b>	<b>5</b>	<b>41.914</b>	<b>41.659</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>8</b>	<b>1.225.725</b>	<b>1.274.896</b>
Capital Social		558.295	558.295
Reservas de Capital		7.606	7.606
Reservas de Reavaliação		3.342	3.265
Reservas de Lucros		656.482	705.730
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>5.085.821</b>	<b>5.405.554</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**CIA. ITAÚ DE CAPITALIZAÇÃO****Demonstração do Resultado***(Em Milhares de Reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro por ação)*

	NOTAS	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
<b>RECEITA LÍQUIDA COM TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO</b>		<b>252.273</b>	<b>300.562</b>
Arrecadação com Títulos de Capitalização		1.360.700	1.446.911
Variação da Provisão para Resgate		(1.108.427)	(1.146.349)
<b>VARIAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS - Resultado com Outras Provisões Técnicas</b>		<b>1.971</b>	<b>2.543</b>
<b>RESULTADO COM SORTEIO</b>		<b>(21.238)</b>	<b>(23.051)</b>
<b>CUSTO DE AQUISIÇÃO</b>		<b>(5.132)</b>	<b>(8.562)</b>
<b>OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>31.983</b>	<b>33.395</b>
Outras Receitas Operacionais	6a	33.332	34.009
Outras Despesas Operacionais		(1.349)	(614)
<b>DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>		<b>(71.596)</b>	<b>(94.983)</b>
Pessoal Próprio		(10)	128
Serviços de Terceiros		(455)	(463)
Localização e Funcionamento		(3.674)	(4.051)
Publicidade e Propaganda		(85)	(132)
Publicações		(80)	(86)
Donativos e Contribuições		(5.792)	(4.521)
Despesas Administrativas Diversas	9	(61.500)	(85.858)
<b>DESPESAS COM TRIBUTOS</b>	<b>2.5e e 7all</b>	<b>(14.486)</b>	<b>(16.986)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>6b</b>	<b>48.218</b>	<b>137.995</b>
Receitas Financeiras		135.386	237.033
Despesas Financeiras		(87.168)	(99.038)
<b>RESULTADO PATRIMONIAL</b>		<b>9.997</b>	<b>9.899</b>
Receitas com Imóveis de Renda		10.533	10.582
Despesas com Imóveis Destinados à Renda		(536)	(683)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>231.990</b>	<b>340.812</b>
<b>GANHOS OU PERDAS COM ATIVOS NÃO CORRENTES</b>		<b>2</b>	<b>10.770</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES</b>		<b>231.992</b>	<b>351.583</b>
Imposto de Renda	2.5e e 7al	(57.521)	(86.416)
Contribuição Social	2.5e e 7al	(46.143)	(69.907)
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>		<b>128.328</b>	<b>195.260</b>
<b>QUANTIDADE DE AÇÕES</b>	<b>8a</b>	<b>670.963</b>	<b>670.963</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO</b>	<b>2.5h</b>	<b>191,26</b>	<b>291,01</b>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*

**CIA. ITAÚ DE CAPITALIZAÇÃO****Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Nota 8)***(Em Milhares de Reais)*

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
				Legal	Estatutária		
<b>SALDOS EM 01/01/2017</b>	<b>494.298</b>	<b>7.606</b>	<b>3.085</b>	<b>37.948</b>	<b>584.344</b>	-	<b>1.127.281</b>
Capitalização por Reservas	63.997	-	-	-	(63.997)	-	-
Realização de Reserva de Reavaliação	-	-	113	-	-	(167)	(54)
Dividendos	-	-	-	-	(49.136)	-	(49.136)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	195.260	195.260
Destinações	-	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	9.763	185.330	(195.093)	-
<b>SALDOS EM 30/06/2017</b>	<b>558.295</b>	<b>7.606</b>	<b>3.198</b>	<b>47.711</b>	<b>656.541</b>	-	<b>1.273.351</b>
<b>MUTAÇÕES DO PERÍODO</b>	<b>63.997</b>	-	<b>113</b>	<b>9.763</b>	<b>72.197</b>	-	<b>146.070</b>
<b>SALDOS EM 01/01/2018</b>	<b>558.295</b>	<b>7.606</b>	<b>3.265</b>	<b>57.066</b>	<b>648.664</b>	-	<b>1.274.896</b>
Realização de Reserva de Reavaliação	-	-	77	-	-	(124)	(47)
Dividendos	-	-	-	-	(177.452)	-	(177.452)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	128.328	128.328
Destinações	-	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	6.416	121.788	(128.204)	-
<b>SALDOS EM 30/06/2018</b>	<b>558.295</b>	<b>7.606</b>	<b>3.342</b>	<b>63.482</b>	<b>593.000</b>	-	<b>1.225.725</b>
<b>MUTAÇÕES DO PERÍODO</b>	-	-	<b>77</b>	<b>6.416</b>	<b>(55.664)</b>	-	<b>(49.171)</b>

*As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*

**CIA. ITAÚ DE CAPITALIZAÇÃO**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

(Em Milhares de Reais)

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
<b>LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO</b>	<b>129.208</b>	<b>195.068</b>
Lucro Líquido	128.328	195.260
Ajustes para:	880	(192)
Depreciações e Amortizações	536	582
Tributos Diferidos	391	(720)
Outros	(47)	(54)
<b>VARIAÇÃO NAS CONTAS PATRIMONIAIS</b>	<b>435.404</b>	<b>113.590</b>
Ativos Financeiros	315.237	(103.325)
Créditos das operações de capitalização	1	(31)
Despesas Antecipadas	(299)	(346)
Outros Ativos	54	(8.742)
Depósitos Judiciais e Fiscais	(846)	(786)
Fornecedores e Outras Contas a Pagar	(5.762)	6.007
Impostos e Contribuições	92.061	156.991
Provisões Técnicas - Capitalização	34.703	62.954
Provisões Judiciais	255	868
<b>CAIXA GERADO/(CONSUMIDO) PELAS OPERAÇÕES</b>	<b>564.612</b>	<b>308.658</b>
Impostos Sobre o Lucro Pagos	(218.169)	(272.548)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO/(CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>346.443</b>	<b>36.110</b>
Alienação de imobilizado	-	1.042
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO/(CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-</b>	<b>1.042</b>
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(351.318)	(49.136)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO/(CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(351.318)</b>	<b>(49.136)</b>
<b>AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (Notas 2.5a)</b>	<b>(4.875)</b>	<b>(11.984)</b>
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	6.287	15.033
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Período	1.412	3.049

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**CIA ITAÚ DE CAPITALIZAÇÃO**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**PERÍODOS DE 01/01 A 30/06 DE 2018 E DE 2017**  
*(Em Milhares de Reais)*

**NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A Cia. Itaú de Capitalização (CIACAP) é uma empresa do Conglomerado Itaú Unibanco Holding S.A. regulada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), que tem como objeto social a prática de todas as operações permitidas às empresas de capitalização, operando com planos de pagamento único e mensal, conforme definido na legislação vigente. Está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 – Torre Alfredo Egydio, 9º Andar – Parque Jabaquara – São Paulo – SP.

Os principais acionistas da CIACAP são: Itaú Unibanco S.A. com participação de 47,50% e Itauseg Saúde S.A., com participação de 52,50%, ambas participantes do Conglomerado Itaú Unibanco Holding S.A.

As operações da CIACAP são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos.

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 27 de agosto de 2018.

**NOTA 2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas são aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

**2.1. BASE DE PREPARAÇÃO**

As Demonstrações Financeiras apresentadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades reguladas pela SUSEP, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, na forma homologada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, no que não contrariem a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores.

Conforme determina o artigo 134, parágrafo 3º da Circular nº 517/2015 e alterações posteriores, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação (Nota 3a) são apresentados no Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante, independentemente de suas datas de vencimentos.

A CIACAP não apresenta a Demonstração do Resultado Abrangente por não possuir outros resultados abrangentes nos períodos.

**2.2. NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES**

**a) Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o Período findo em 30 de junho de 2018**

- Não houve novos pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 30 de junho de 2018.

**b) Pronunciamentos Contábeis Emitidos Recentemente e Aplicáveis em Períodos Futuros**

- CPC 48 – Instrumentos Financeiros – Inclui: (a) um modelo lógico para classificação e mensuração; (b) um modelo único de *impairment* para instrumentos financeiros, que oferece uma resposta às perdas esperadas; (c) a remoção da volatilidade em resultado oriunda de risco de crédito próprio; e (d) uma nova abordagem para a contabilidade de hedge. O pronunciamento revoga, a partir de 1º de janeiro de 2018, o CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Entretanto, para as empresas reguladas pela SUSEP, a vigência será aplicável de acordo com as orientações deste regulador.
- Alteração da Estrutura Conceitual – Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura

Conceitual (Conceptual Framework) e as principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020 e os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até sua data de entrada em vigor.

### **2.3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO**

As Demonstrações Financeiras da CIACAP estão apresentadas em Reais, a moeda funcional de apresentação destas Demonstrações Financeiras.

### **2.4. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS E JULGAMENTOS**

A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com os CPCs exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos e passivos contingentes divulgados na data das Demonstrações Financeiras, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os períodos apresentados e em períodos subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão de acordo com os CPCs e são as melhores estimativas realizadas em conformidade com as normas aplicáveis. As estimativas e julgamentos são avaliados em base contínua e consideram a experiência passada e outros fatores.

As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

#### **a) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos**

Conforme explicação na nota 2.5e, Ativos Fiscais Diferidos são reconhecidos somente em relação diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que a CIACAP irá gerar lucro tributável futuro para a sua utilização. A realização esperada do crédito tributário da CIACAP é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos.

#### **b) Valor Justo de Instrumentos Financeiros**

A CIACAP classifica as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração. Os níveis referentes à hierarquia de valor justo e as metodologias usadas para avaliar determinados Instrumentos Financeiros, estão detalhados na nota 2.5b – Valor Justo.

A CIACAP acredita que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado. Independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

#### **c) Passivos Contingentes**

A CIACAP revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis, são reconhecidas no Balanço Patrimonial, na rubrica – “Outros Débitos - Provisões Judiciais”.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota 5.

#### **d) Redução ao Valor Recuperável de Ativos**

A CIACAP avalia os ativos a fim de verificar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. Este procedimento, realizado semestralmente, submete os ativos à análise tanto qualitativa quanto quantitativa, sendo que todos os ativos são avaliados.

Perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável. O valor recuperável de cada ativo é calculado como o maior valor entre o valor em uso (soma dos fluxos de caixa antes de imposto estimados descontados à data presente) e o valor justo menos seu custo de venda (preço de mercado subtraído das despesas de transação). Para fins de avaliar a redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda possa ser determinado de forma confiável.

Nos períodos findos em 30/06/2018 e 31/12/2017 não houve indicação de redução ao valor recuperável de ativos.

#### **e) Provisões Técnicas de Capitalização**

As provisões técnicas são passivos decorrentes de obrigações da CIACAP para com os seus clientes. Essas obrigações podem ter uma natureza de curta ou média duração a depender do prazo de vigência do produto contratado.

A determinação do valor do passivo atuarial depende de incertezas inerentes às características dos títulos de capitalização, tais como premissas de persistência, despesas, sorteios e rentabilidade financeira.

As estimativas dessas premissas baseiam-se na experiência histórica da CIACAP, *benchmarks* de mercado, normativos regulatórios e na experiência do atuário, que busca convergência às melhores práticas do mercado e objetiva a revisão contínua do passivo atuarial. Ajustes resultantes dessas melhorias contínuas, quando necessárias, são reconhecidos nos resultados do respectivo exercício.

### **2.5. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

#### **a) Caixa e equivalentes de caixa**

A CIACAP define como Caixa e Equivalentes de Caixa as disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos, considerados no Balanço Patrimonial na rubrica Disponível) e aplicações com prazo original igual ou inferior a 90 dias.

#### **b) Aplicações, ativos e passivos financeiros**

Todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

A CIACAP classifica seus Ativos e Passivos Financeiros nas seguintes categorias:

- I. Ativos Mantidos para Negociação;
- II. Ativos Financeiros Disponíveis para a Venda;
- III. Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento;
- IV. Passivos Financeiros ao Custo Amortizado;e
- V. Empréstimos e Recebíveis

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou os passivos financeiros foram assumidos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

As compras e as vendas regulares de ativos e passivos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação.

#### **I. Ativos Mantidos para Negociação**

São os ativos adquiridos principalmente com o intuito de venda no curto prazo. Os ativos incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração do Resultado. Os ganhos e perdas oriundas de alterações no valor justo são incluídos diretamente na Demonstração do Resultado na rubrica Resultado Financeiro, bem como as receitas e despesas de juros e rendimentos.

## II - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

São os ativos que podem ser vendidos em resposta ou em antecipação a alterações nas condições de mercado e não forem classificados em outra categoria de Ativos Financeiros.

Os Ativos Financeiros Disponíveis para Venda são inicialmente e subsequentemente contabilizados no Balanço Patrimonial pelo seu valor justo, mais os custos de transação. Os ganhos e as perdas não realizados são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, no Patrimônio Líquido – Ajuste de Avaliação Patrimonial. Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos são reconhecidos na Demonstração do Resultado, na rubrica Resultado Financeiro.

## III - Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento

São Ativos Financeiros não derivativos, que a CIACAP tem a firme intenção e capacidade financeira de manter até o vencimento.

Esses ativos são reconhecidos inicialmente a valor justo, que é o valor pago incluindo os custos de transação e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando-se a taxa efetiva de juros. Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos, são apresentados na Demonstração do Resultado, na rubrica Resultado Financeiro.

## IV- Passivos Financeiros ao Custo Amortizado

Os passivos financeiros que não são classificados como a valor justo através do resultado estão classificados nesta categoria e inicialmente, são reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. A despesa de juros é apresentada na Demonstração do Resultado, na rubrica Resultado Financeiro.

## V- Empréstimos e Recebíveis

A CIACAP classifica como Empréstimos e Recebíveis as seguintes rubricas do Balanço Patrimonial: Disponível (Caixa e Equivalentes de Caixa), Créditos das Operações de Capitalização e Créditos a Receber.

As receitas de juros são reconhecidas na Demonstração do Resultado, na rubrica Resultado Financeiro.

## Valor Justo

A entidade deve classificar as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflita a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração.

**Nível 1:** Preços (cotações) disponíveis em mercados ativos;

**Nível 2:** Informações que não sejam preços (cotações) de ativos e passivos idênticos, ou seja, utiliza-se *inputs* observáveis, como juros, volatilidade, etc; e

**Nível 3:** Utiliza-se *inputs* não observáveis, baseados em premissas próprias da Seguradora.

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

**Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento** - Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço. Na ausência de preço cotado na ANBIMA, os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado (corretoras). Os valores justos de títulos de dívida de empresas

são calculados adotando-se critérios semelhantes aos das aplicações em depósitos interfinanceiros, conforme descrito acima. Os valores justos de ações são apurados com base em seus preços cotados de mercado.

### c) Investimentos

As propriedades para investimento estão contabilizadas pelo valor de custo, deduzidas da depreciação acumulada, no montante líquido de R\$ 27.218 (R\$ 27.754 em 31/12/2017) e estão registrados na rubrica Imóveis Destinados à Renda. O valor de mercado destas propriedades na última avaliação, em 05 de fevereiro de 2018, é de aproximadamente R\$ 222.347.

### d) Intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos e estão representados por ágio, que representa o excesso entre o custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data da aquisição. Estão classificados em ativos de vida útil indefinida e foram avaliados para a data base 30/06/2018, sem indício de *Impairment*, considerando que tais ativos continuam gerando os benefícios econômicos esperados quando da sua aquisição.

O ativo intangível líquido está representado basicamente por ágios na incorporação da Unibanco Capitalização, no montante de R\$ 814.531 (R\$ 814.531 em 31/12/2017).

### e) Imposto de Renda e Contribuição Social

Existem dois componentes na provisão para imposto de renda e contribuição social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável e são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Impostos e Contribuições e Créditos Tributários e Previdenciários, respectivamente.

O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício. Os créditos tributários somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Títulos e Créditos a Receber - Créditos Tributários e Previdenciários e Contas a Pagar – Tributos Diferidos, respectivamente.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados às alíquotas abaixo apresentadas e consideram para efeito de cálculo as respectivas bases e a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda	15%	Adicional de Imposto de Renda	10%	Contribuição Social (*)	20%
------------------	-----	-------------------------------	-----	-------------------------	-----

(\*) Em 06 de outubro de 2015 foi publicada a Lei nº 13.169, conversão da Medida Provisória nº 675, que elevou a alíquota da Contribuição Social de 15,00% para 20,00% até 31 de dezembro de 2018 para instituições financeiras, seguradoras e administradoras de cartão de crédito. Para as demais empresas a alíquota continua 9,00%.

### f) Capitalização

O título de capitalização tem por finalidade a acumulação de recursos, com um incentivo de ter a possibilidade do recebimento de uma premiação via sorteios periódicos durante um período estabelecido como vigência, de acordo com as especificações tratadas nas condições gerais do plano de capitalização.

A nota 4 apresenta uma descrição detalhada dos produtos classificados como capitalização.

### g) Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

São direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras, exceto quando a Administração da CIACAP entende que sua realização é praticamente certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.



Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos nossos negócios movido por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

As contingências são classificadas como:

- **Prováveis:** as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial, na rubrica Outros Débitos – Provisões Judiciais;
- **Possíveis:** as quais são divulgadas nas demonstrações financeiras, não sendo nenhuma provisão registrada; e
- **Remotas:** as quais não requerem provisão e divulgação.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

#### h) Lucro por Ação

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores da CIACAP pelo número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. Não há fatores de diluição, o lucro básico e o lucro líquido é o mesmo.

#### i) Receitas

As receitas de capitalização são compostas, basicamente, por arrecadação com vendas de títulos, prescrição e penalidades sobre resgates antecipados. Para Produto de Pagamento Único (PU) são reconhecidas a partir da data de emissão e para Produto de Pagamento Mensal (PM) a emissão do título para a 1ª parcela e a informação quanto ao pagamento por parte do subscritor para as demais parcelas.

### NOTA 3 - APLICAÇÕES

#### a) Ativos Financeiros Mantidos para Negociação

Os ativos financeiros mantidos para negociação contabilizados pelo seu valor justo são apresentados na tabela a seguir:

	30/06/2018	31/12/2017
<b>Cotas de Fundos de Investimentos - Exclusivos</b>	<b>3.684.058</b>	<b>4.289.569</b>
Letras Financeiras	1.073.083	1.659.345
Letras do Tesouro Nacional	776.601	890.041
Letras Financeiras do Tesouro	391.038	420.512
Notas do Tesouro Nacional	1.121.710	1.033.834
Debêntures	157.957	245.704
Certificados de Depósito Bancário	130.941	8.352
Derivativos	11.538	10.640
Notas de Crédito	21.375	21.309
Contas a Receber / (Pagar)	(185)	(168)
<b>Títulos de Dívida de Empresas - Debêntures</b>	<b>516.774</b>	<b>226.500</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4.200.832</b>	<b>4.516.069</b>

O Valor Justo, por vencimento, dos Ativos Financeiros Mantidos para Negociação foram os seguintes:

	30/06/2018	31/12/2017
Sem vencimento	(185)	(168)
Até um ano	2.040.482	2.114.483
De um a cinco anos	2.057.989	1.257.467
De seis a dez anos	102.546	1.144.287
<b>TOTAL</b>	<b>4.200.832</b>	<b>4.516.069</b>

**b) Movimentação das aplicações**

	30/06/2018		31/12/2017
	Mantido para Negociação	TOTAL	TOTAL
<b>Saldo Inicial</b>	<b>4.516.069</b>	<b>4.516.069</b>	<b>4.064.182</b>
Aplicações	979.380	979.380	2.016.981
Principal resgate	(1.429.100)	(1.429.100)	(2.007.820)
Resultado financeiro	134.483	134.483	411.798
Outros recebimentos e (pagamentos) Líquidos	-	-	30.928
<b>Saldo Final</b>	<b>4.200.832</b>	<b>4.200.832</b>	<b>4.516.069</b>

**c) Distribuição dos Níveis**

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de hierarquia do Valor Justo para nossos Ativos Financeiros Mantidos para Negociação:

	30/06/2018				31/12/2017		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Ativos Financeiros Mantidos para Negociação</b>	<b>16.214</b>	<b>4.167.220</b>	<b>17.398</b>	<b>4.200.832</b>	<b>4.482.570</b>	<b>33.499</b>	<b>4.516.069</b>
Fundos de Investimento	-	3.684.058	-	3.684.058	4.289.569	-	4.289.569
Debêntures	16.214	483.162	17.398	516.774	193.001	33.499	226.500

**d) Exposição Máxima dos Ativos Financeiros segregados por setor de atividade**

Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	30/06/2018	%	31/12/2017	%
Setor Público	2.308.230	54,9%	35.320	0,8%
Serviços	1.753.537	41,8%	4.341.484	96,1%
Indústria e Comércio	124.660	3,0%	139.265	3,1%
Outros Setores	14.405	0,3%	-	0,0%
<b>TOTAL</b>	<b>4.200.832</b>	<b>100,0%</b>	<b>4.516.069</b>	<b>100,0%</b>

O quadro abaixo apresenta a carteira dos ativos financeiros classificados por nível de risco em:

Classificação Interna	30/06/2018	31/12/2017
Baixo	4.200.832	4.516.069
<b>TOTAL</b>	<b>4.200.832</b>	<b>4.516.069</b>

A tabela abaixo demonstra a correspondência entre os níveis de risco atribuídos pelos modelos internos do grupo (baixo, médio e alto) e a probabilidade de inadimplência (PD) associada a cada um desses níveis.

Classificação Interna	PD
Baixo	Menor ou igual a 4,44%
Médio	Maior que 4,44% e menor ou igual a 25,95%
Alto	Maior que 25,95%

**e) Instrumentos Financeiros Derivativos** – Em 30/06/2018 e 31/12/2017 não existiam posições em aberto no mercado de derivativos.

**NOTA 4 - CAPITALIZAÇÃO**

Os produtos comercializados pela CIACAP, atendem aos clientes pessoa física e pessoa jurídica, estão estruturados nas modalidades tradicional e incentivo. Relativamente a forma de custeio, os títulos de capitalização podem ser adquiridos por meio de pagamentos único e mensais, conforme estabelecido nas condições gerais e nota técnica atuarial dos produtos.

Os títulos de capitalização estão estruturados com prazo de vigência superiores a 12 meses, tendo como data de início de vigência o pagamento único ou o primeiro pagamento, ou a data de aquisição, o que ocorrer primeiro.

Os títulos de capitalização que preveem sorteios estão estruturados em séries e numerados sequencialmente. A cada título são atribuídas aleatoriamente, combinações distintas entre si e das demais, numeradas sequencialmente.

#### a) Provisões Técnicas de Capitalização

- Provisão Matemática para Capitalização (PMC) - Constituída enquanto não ocorre o evento gerador de resgate do título, e abrange a parcela dos valores arrecadados para capitalização. Considera atualização monetária e juros, a partir da data de início de vigência.
- Provisão para Resgate (PR) - Constituída a partir da data do evento gerador de resgate do título e/ou do evento gerador de distribuição de bônus até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação.
- Provisão para Sorteios a Realizar (PSR) - Abrange a parcela dos valores arrecadados para sorteio e é constituída para cada título cujos sorteios tenham sido custeados, mas que, na data da constituição, ainda não tenham sido realizados.
- Provisão para Sorteios a Pagar (PSP) - Constituída, a partir da data de realização do sorteio até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação, ou conforme os demais casos previstos em lei.
- Provisão Complementar de Sorteios (PCS) - Constituída para complementar a Provisão de Sorteios a Realizar, sendo utilizada para cobrir eventuais insuficiências relacionadas ao valor esperado dos sorteios a realizar.
- Provisão para Despesas Administrativas (PDA) - Constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas administrativas dos planos de capitalização.
- A Provisão para Distribuição de Bônus (PDB) - constituída enquanto não ocorrer o evento gerador de distribuição de bônus.

#### b) Provisões Técnicas - Movimentação

	Provisões para Resgates	Provisões para Sorteios	Outras Provisões Técnicas	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 31/12/2017
<b>Saldo Inicial</b>	<b>3.303.318</b>	<b>20.204</b>	<b>11.621</b>	<b>3.335.143</b>	<b>3.184.150</b>
(+) Adições decorrentes de emissão de títulos	1.142.443	34.140	63	1.176.646	2.719.276
(+) Atualização financeira das provisões	86.604	155	-	86.759	186.096
(-) Resgates	(1.188.784)	(37.834)	(2.085)	(1.228.702)	(2.754.379)
<b>SALDO FINAL</b>	<b>3.343.582</b>	<b>16.665</b>	<b>9.599</b>	<b>3.369.846</b>	<b>3.335.143</b>

#### c) Ativos Oferecidos em Cobertura como Garantias das Provisões Técnicas

Os valores dos bens e direitos vinculados à SUSEP em cobertura das provisões técnicas estão demonstrados no quadro abaixo:

	30/06/2018	31/12/2017
<b>Provisões Técnicas</b>	<b>3.369.846</b>	<b>3.335.143</b>
Cotas de Fundos de Investimentos - Renda Fixa	3.305.720	3.267.441
Cotas de Fundos de Investimentos - Multi-Mercado	130.884	102.246
Debêntures	61.278	102.624
<b>Garantias das Provisões Técnicas</b>	<b>3.497.882</b>	<b>3.472.311</b>
<b>Cobertura Excedente</b>	<b>128.036</b>	<b>137.168</b>

#### d) Capital para a Atividade de Capitalização

O CNSP – Conselho Nacional de Seguros Privados alterou em dezembro de 2017 os requisitos de cálculo de capital regulatório de seguros com a divulgação da Resolução CNSP nº 360/2017 e alterações posteriores. O normativo dispõe sobre as regras de capital regulamentar exigido para autorização e funcionamento das sociedades seguradoras, vida e previdência, capitalização e as regras de cálculo de capital provenientes dos riscos de crédito, subscrição, operacional e mercado.

#### Patrimônio Líquido Ajustado, Capital Mínimo Requerido e Índice de Liquidez

	<b>30/06/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Patrimônio Líquido	1.225.725	1.274.896
Despesas Antecipadas	(365)	(66)
Ativos Intangíveis	(814.531)	(814.531)
Tributo diferido sobre ágio derivado da expectativa de rent. futura	325.813	325.813
Valor da PDA constituída	2.821	2.867
Valor da PMC constituída	8.357	7.586
<b>Patrimônio Líquido Ajustado</b>	<b>747.820</b>	<b>796.565</b>
<b>Capital Base</b>	<b>10.800</b>	<b>10.800</b>
Capital Adicional de Risco de Subscrição	28.622	28.085
Capital Adicional de Risco de Crédito	111.507	140.160
Capital Adicional de Risco Operacional	7.369	7.603
Capital Adicional de Risco de Mercado	29.922	29.647
Benefício da Correlação entre Risco	(30.637)	(31.330)
<b>Capital de Risco</b>	<b>146.784</b>	<b>174.165</b>
<b>Capital Mínimo Requerido (1)</b>	<b>146.784</b>	<b>174.165</b>
<b>Suficiência de Capital (2)</b>	<b>601.036</b>	<b>622.400</b>

(1) O Capital Mínimo Requerido passou a ser o maior valor entre o Capital Base e o Capital de Risco, conforme Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações posteriores. A partir de 31/12/2017, o capital adicional Risco de Mercado é ponderado a 100%.

(2) A Suficiência de Capital corresponde ao resultado obtido do cálculo do Patrimônio Líquido Ajustado, menos o Capital Mínimo Requerido.

A liquidez em relação ao Capital de Risco em 30/06/2018 é de R\$ 28.713 (R\$ 34.260 em 31/12/2017), conforme Resolução CNSP nº 343/2016. A nota 4c de cobertura de provisões técnicas apresenta R\$ 128.036 (R\$ 137.168 em 31/12/2017) de cobertura excedente.

#### e) Taxa de Carregamento dos Principais Produtos Comercialização

De acordo com as notas técnicas atuariais aprovadas pela SUSEP, seguem os principais produtos de comercialização.

PRODUTO	SUSEP	TIPO	COTA DE CARREGAMENTO	
			30/06/2018	31/12/2017
PIC	15414.005217/2012-63	PM	de 3,49% a 88,26%	de 3,49% a 88,26%
PIC Itaú Uniclass	15414.003984/2009-32	PM	de 0,84% a 88,82%	de 0,84% a 88,82%
Super PIC Itaú Uniclass	15414.003983/2009-98	PU	16,32%	16,32%

**NOTA 5 - PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS**

Os Depósitos Judiciais e Fiscais e as Provisões Judiciais estão compostas por:

<b>Depósitos Judiciais e Fiscais</b>	<b>30/06/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Garantia de Processamentos de Passivos	15.915	15.243
Depósitos Judiciais e Fiscais - Tributos	9.390	9.245
Depósitos Judiciais e Fiscais - Trabalhista	922	895
Depósitos Judiciais e Fiscais - Cíveis	49	47
<b>TOTAL</b>	<b>26.276</b>	<b>25.430</b>

<b>Provisões Judiciais</b>	<b>30/06/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Obrigações Fiscais	41.541	41.120
Provisões Cíveis	112	225
Provisões Trabalhistas	261	314
<b>TOTAL</b>	<b>41.914</b>	<b>41.659</b>

**Ações Fiscais e Previdenciárias**

A CIACAP classifica como obrigação legal, as ações judiciais ingressadas para discutir a legalidade e ou inconstitucionalidade da legislação em vigor, sendo objeto de provisão independentemente da probabilidade de perda.

As contingências tributárias correspondem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões fiscais administrativas ou judiciais, objeto de lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa encargos. Constituem provisão sempre que a perda for classificada como provável.

Segue abaixo a movimentação das provisões e dos respectivos depósitos em garantia das Ações Fiscais e Previdenciárias:

<b>Obrigações Fiscais</b>	<b>01/01 a 30/06/2018</b>			<b>01/01 a 31/12/2017</b>
	<b>Obrigaçã Legal</b>	<b>Contingência</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo Inicial</b>	<b>39.511</b>	<b>1.609</b>	<b>41.120</b>	<b>47.837</b>
Atualização/Encargos	375	13	388	1.617
Movimentação do Período Refletida no Resultado	-	33	33	(8.012)
Constituição	-	33	33	-
Reversão	-	-	-	(8.012)
Pagamento	-	-	-	(322)
<b>Saldo Final</b>	<b>39.886</b>	<b>1.655</b>	<b>41.541</b>	<b>41.120</b>

<b>Depósitos Judiciais e Fiscais - Tributos</b>	<b>01/01 a 30/06/2018</b>			<b>01/01 a 31/12/2017</b>
	<b>Obrigaçã Legal</b>	<b>Contingência</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo Inicial</b>	<b>7.895</b>	<b>1.350</b>	<b>9.245</b>	<b>8.791</b>
Apropriação de Rendas	126	19	145	414
Reclassificação de Depósitos	-	-	-	40
<b>Saldo Final</b>	<b>8.021</b>	<b>1.369</b>	<b>9.390</b>	<b>9.245</b>

As principais naturezas das obrigações legais são descritas a seguir:

- PIS – R\$ 32.255 – Anterioridade Nonagesimal e Irretroatividade: pleitea-se o afastamento das Emendas Constitucionais 10/96 e 17/97 dado o princípio da anterioridade e irretroatividade, visando recolhimento pela Lei Complementar 07/70.
- CSLL – Isonomia – R\$ 7.311: discute-se a ausência de respaldo constitucional da majoração, estabelecida pela Lei 11.727/08, da alíquota de CSLL de 9% para 15%, no caso das empresas financeiras e seguradoras. O saldo do depósito judicial perfaz R\$ 6.710.

Não são reconhecidos contabilmente os valores envolvidos em Ações Fiscais e Previdenciárias de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 89.387 (R\$ 88.191 em 31/12/2017), sendo as principais naturezas descritas a seguir:

- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Usufruto de Cotas e Ações - R\$ 48.145: em sendo tributável a receita do usufruto oneroso de ações, deve ser aplicado o regime de competência em detrimento do regime de caixa aplicado pela legislação;
- IRPJ, CSLL – Juros sobre o Capital Próprio - R\$ 31.375: defende-se a dedutibilidade dos JCP declarados aos acionistas com base na taxa de juros TJLP aplicada sobre o patrimônio líquido do ano e de anos anteriores.

Os ativos dados em garantia de contingências são relativos a processos de passivos contingentes e estão vinculados ou depositados, no montante de R\$ 15.915 (R\$ 15.243 em 31/12/2017).

A CIACAP, com base em pareceres de seus assessores legais, não está envolvida em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais, que possam afetar significativamente os resultados de suas operações.

## NOTA 6 - DETALHAMENTO DE CONTAS

a) **Outras Receitas Operacionais** - Totalizam R\$ 33.332 (R\$34.009 de 01/01 a 30/06/2017) e estão representadas por receitas relativas a resgates antecipados de títulos de capitalização.

### b) Resultado Financeiro

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>135.386</b>	<b>237.033</b>
Cotas de Fundos de Investimento	123.310	232.955
Títulos de Renda Fixa	11.173	3.128
Outras Receitas	903	950
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(87.168)</b>	<b>(99.038)</b>
Atualização de Operações de Capitalização (Nota 4b)	(86.759)	(98.300)
Encargos sobre Tributos	(389)	(694)
Outras Despesas	(20)	(44)
<b>TOTAL</b>	<b>48.218</b>	<b>137.995</b>

**NOTA 7 - TRIBUTOS****a) Composição das Despesas com Impostos e Contribuições**

- I) Os montantes registrados como despesa de Impostos de Renda e Contribuição Social nas demonstrações financeiras são reconciliados com as alíquotas legais como segue:

<b>Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes</b>	<b>01/01 a 30/06/2018</b>	<b>01/01 a 30/06/2017</b>
<b>Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>231.992</b>	<b>351.583</b>
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes (nota 2.5e)	(104.396)	(158.212)
<b>Acréscimos/Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:</b>		
Incentivos Fiscais	750	2.060
Outras Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(18)	(171)
<b>Total de Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(103.664)</b>	<b>(156.323)</b>

- II) As Despesas com Tributos totalizam R\$ (14.486) (R\$ (16.986) de 01/01 a 30/06/2017) e estão representadas basicamente por COFINS R\$ (11.907) (R\$(14.081) de 01/01 a 30/06/2017) e PIS R\$ (1.941) (R\$ (2.288) de 01/01 a 30/06/2017).

**b) Tributos Diferidos**

- I - O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação estão representados por:

<b>ATIVO</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>Realização / Reversão</b>	<b>Constituição</b>	<b>30/06/2018</b>
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	5.111	(144)	-	4.967
Provisões para Passivos Contingentes	8.736	(124)	129	8.741
Outras Provisões Indedutíveis	291	(50)	15	256
<b>Total (*)</b>	<b>14.138</b>	<b>(318)</b>	<b>144</b>	<b>13.964</b>

(\*) Apresentado no Balanço Patrimonial na rubrica Créditos Tributários e Previdenciários, no valor de R\$ 14.751 (R\$ 14.925 em 31/12/2017) e está basicamente representado por R\$ 787 (R\$ 787 em 31/12/2017) de Tributos a Compensar, e R\$ 13.964 (R\$ 14.138 em 31/12/2017) referente a Tributos Diferidos.

- II - O saldo da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e sua movimentação estão representados por:

<b>PASSIVO</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>Realização / Reversão</b>	<b>Constituição</b>	<b>30/06/2018</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Ágio	325.813	-	-	325.813
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes	4.884	-	125	5.009
Reserva de Reavaliação	2.171	-	92	2.263
<b>Total</b>	<b>332.868</b>	<b>-</b>	<b>217</b>	<b>333.085</b>
<b>TOTAL LÍQUIDO</b>	<b>(318.730)</b>	<b>(318)</b>	<b>(73)</b>	<b>(319.121)</b>

### c) Estimativa de Realização dos Créditos Tributários

A estimativa de realização e o valor presente dos Créditos Tributários, existentes em 30/06/2018, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, são:

	Diferenças Temporárias	%
2018	289	2%
2019	39	0%
2020	2.559	18%
2021	2.446	18%
2022	11	0%
Acima de 2022	8.620	62%
<b>Total</b>	<b>13.964</b>	<b>100%</b>
Valor Presente <sup>(*)</sup>	<b>10.488</b>	

(\*) Para o ajuste a valor presente foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, basicamente ao volume de Capitalização, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O Lucro Líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o Imposto de Renda e Contribuição Social em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, recomendamos que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

Considerando os efeitos temporários trazidos pela Lei nº 13.169/15, que elevou a alíquota da contribuição social para 20% até 31 de Dezembro de 2018, os créditos tributários foram contabilizados com base na expectativa de sua realização. Em 30/06/2018 e 31/12/2017, não existiam Créditos Tributários não contabilizados.

## NOTA 8 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital Social

Está representado por 670.963 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 603.359 ordinárias e 67.604 preferenciais, estas sem direito a voto, mas com prioridade no reembolso do capital sem prêmio.

Em AGOE de 30/03/2017, homologada pela SUSEP, foi deliberado aumento de capital no montante de R\$ 63.997, mediante a capitalização de Reservas de Lucros.

### b) Dividendos

Os acionistas têm direito a receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto no Estatuto Social.

Em Reunião da Diretoria de 29/03/2017, foi aprovada a distribuição de dividendos extraordinários no total de R\$ 177.452 à razão de R\$ 264,47 por ação.

Em Reunião da Diretoria de 20/12/2017, foi aprovada a distribuição de dividendos obrigatórios no total de R\$ 107.958, à razão de R\$ 160,90 por ação.

Em Reunião da Diretoria de 15/01/2018, foi deliberado o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante líquido de R\$ 65.908, à razão de R\$ 98,23 por ação, sendo R\$ 77.539 o valor bruto e R\$ 11.631 de Imposto de Renda Retido na Fonte.

### c) Reservas de Lucros

Eventual excesso de Reservas de Lucros em relação ao Capital Social será distribuído ou capitalizado conforme determinação da próxima AGO/E.



## NOTA 9 - PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas, são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. Entre essas operações destacam-se:

- (i) Prestação de serviços referente tarifas do sistema financeiro;
- (ii) Aluguéis cobrados da controladora Itaú Unibanco;
- (iii) Valores a receber/pagar de sociedades ligadas: operações de capitalização; receitas financeiras e etc,

	Ativo		Passivo	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Fundos de investimentos	3.684.058	4.289.569	-	-
<b>Coligada</b> - Itaú Unibanco S.A. (iii)	-	-	-	(360)
<b>Ligadas</b>				
Itaú Seguros S.A. (iii)	-	-	(34.095)	(33.884)
Banco Itaúcard S.A. (iii)	-	-	(2)	(20)
Itaú Vida e Previdência S.A. (iii)	-	-	(8)	(8)
<b>TOTAL</b>	<b>3.684.058</b>	<b>4.289.569</b>	<b>(34.105)</b>	<b>(33.912)</b>

  

	Receitas		Despesas	
	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Fundos de investimentos	122.666	232.955	-	-
<b>Coligada</b> - Itaú Unibanco S.A. (i), (ii) e (iii)	10.469	10.573	(5.016)	(7.766)
<b>Ligadas</b>				
Itaú Seguros S.A. (iii)	51.222	50.788	(36.038)	(35.822)
Banco Itaúcard S.A. (iii)	-	-	(60)	(445)
Itaú Vida e Previdência S.A. (iii)	-	10	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>184.357</b>	<b>294.326</b>	<b>(41.114)</b>	<b>(44.033)</b>

Além das operações acima discriminadas, a CIACAP, como parte integrante do Convênio de Rateio de Custos Comuns do Conglomerado Itaú Unibanco, registrou em Despesas Administrativas R\$ (61.258) (R\$ (85.275) de 01/01 a 30/06/2017) em função da utilização da estrutura comum.

- b) Remuneração do Pessoal Chave da Administração - Os honorários atribuídos aos Administradores da CIACAP são pagos pelo controlador Itaú Unibanco Holding S.A.

## NOTA 10 – GERENCIAMENTO DE RISCO

Em linha com as boas práticas nacionais e internacionais e para garantir que os riscos oriundos dos produtos de seguros, previdência e capitalização sejam adequadamente identificados, mensurados, avaliados, reportados e aprovados nos fóruns pertinentes, a CIACAP possui estrutura de gerenciamento de riscos, análoga à estrutura utilizada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING, cujas diretrizes são estabelecidas em normativo institucional, aprovado pelo seu Conselho de Administração, aplicável às empresas e subsidiárias expostas aos riscos de seguros, previdência e capitalização, no Brasil e exterior.

### Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (*commodities*).

A política institucional de gerenciamento de risco de mercado encontra-se aderente à Resolução CMN 3.464 e alterações posteriores, constituindo um conjunto de princípios que norteiam a estratégia no controle e gerenciamento de risco de mercado de toda a instituição.

A estratégia de gerenciamento de riscos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING busca balancear seus objetivos de negócio, considerando, dentre outros:

- Conjuntura política, econômica e de mercado;
- Perfil da carteira do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- Capacidade de atuar em mercados específicos.

A estrutura de controle de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a função de:

- Proporcionar visibilidade e conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os objetivos de risco-retorno do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- Promover o diálogo disciplinado e bem informado sobre o perfil de risco global e sua evolução no tempo;
- Aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados;
- Fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio; e
- Monitorar e evitar a concentração de riscos.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de: (i) mensuração e avaliação de risco, (ii) monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas, (iii) aplicação, análise e testes de cenários de estresse, (iv) reporte de risco para os responsáveis individuais dentro das unidades de negócios de acordo com a governança do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, (v) monitoramento de ações necessárias para o reajuste de posições e/ou níveis de risco para fazê-los viáveis, e (vi) apoio ao lançamento de novos produtos financeiros com segurança.

O CMN possui regulamentos que estabelecem a segregação de exposição ao risco de mercado em fatores de risco, tais como: taxas de juros, taxas de câmbio, ações e commodities. Os índices de inflação brasileiros também são tratados como um grupo de fatores de risco e seguem a mesma estrutura de governança de limites.

A estrutura de limites e alertas é alinhada com as diretrizes do Conselho de Administração, sendo revisada e aprovada anualmente. Esta estrutura conta com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão dos riscos, bem como evitar sua concentração. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio, a liquidez, a complexidade e as volatilidades dos mercados, bem como o apetite de risco da instituição.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (*VaR*): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos);
- Sensibilidade (*DV01- Delta Variation*): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador e 1 ponto percentual no preço de ações; e
- Concentração: exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco, calculada a valor de mercado ("*MtM – Mark to Market*").

Na tabela, apresenta-se a análise de sensibilidade (*DV01 – Delta Variation*) em relação às operações de seguros:

Classe	30/06/2018		31/12/2017	
	Saldo Contábil	DV01	Saldo Contábil	DV01
<b>Título Privado</b>				
Indexado a IPCA	176.295	(43)	108.320	(22)
Indexado a PRÉ	11.538	-	14.078	-
<b>Ativos Pós-Fixados</b>	<b>2.114.687</b>	-	<b>2.243.296</b>	-
<b>Compromissadas Over</b>	<b>1.898.312</b>	-	<b>2.150.375</b>	-
<b>TOTAL (*)</b>	<b>4.200.832</b>		<b>4.516.069</b>	

(\*)Apresentado no Balanço Patrimonial na rubrica Aplicações.

## Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculações de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

## **Políticas e Procedimentos**

O controle de risco de liquidez é realizado por área independente das áreas de negócio e responsável por definir a composição da reserva, propor premissas para o comportamento do fluxo de caixa, identificar, avaliar, monitorar, controlar e reportar diariamente a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo, propor e monitorar limites de risco de liquidez coerentes com o apetite de risco da instituição, informar eventuais desenquadramentos, considerar o risco de liquidez individualmente nos países onde o ITAÚ UNIBANCO HOLDING opera, simular o comportamento do fluxo de caixa sob condições de estresse, avaliar e reportar previamente os riscos inerentes a novos produtos e operações, bem como reportar as informações requeridas pelos órgãos reguladores. Todas as atividades são sujeitas à verificação pelas áreas independentes de validação, controles internos e auditoria.

As políticas de gestão de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos revistos periodicamente e nas definições da alta administração. Estes cenários são revistos periodicamente, por meio da análise das necessidades de caixa, em virtude de situações atípicas de mercado ou decorrentes de decisões estratégicas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

## **Risco de Crédito**

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING entende o risco de crédito como o risco de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contrato de crédito em consequência da deterioração na classificação de risco do tomador, do emissor ou da contraparte, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas em renegociações posteriores e dos custos de recuperação.

O documento “Relatório de Acesso Público”, que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de mercado, liquidez e crédito, pode ser visualizado no site <https://www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores>, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas.

## **NOTA 11 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

**Comitê de Auditoria Único** – Em atendimento à Resolução CNSP nº 321, de 15/07/2015, a CIACAP aderiu ao Comitê de Auditoria Único instituído pelo Conglomerado Financeiro Itaú Unibanco, por intermédio da instituição líder Itaú Unibanco Holding S.A. O resumo do relatório do referido Comitê foi divulgado em conjunto com as Demonstrações Contábeis da instituição líder.